

ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS VOLTADOS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE AROEIRAS - PB, BRASIL

Luana Honório de Moura
Graduada em Geografia pela UFCG
(luanahmoura.br@hotmail.com)

Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Profº Dr. da UFCG
(maltaslma@gmail.com)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais vetores de inclusão nos espaços educacionais da cidade de Aroeiras-PB, município situado no semiárido brasileiro. Pretende-se relatar os principais problemas a respeito da inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais nas escolas regulares de ensino, de nível Fundamental e Médio, e observar como o termo “inclusão” é entendido nesse universo, levando em consideração uma análise do nível de aprendizagem desses alunos nas aulas de Geografia. Nesse sentido, tomamos como pressuposto a locomoção, a facilidade e a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais e a relação professor/aluno, tendo como objetivo, analisar o nível de aprendizagem desta parcela de alunos, de acordo com a formação do professor de Geografia, através das atividades desenvolvidas em sala de aula. Constatou-se com a pesquisa, que mesmo com todas as garantias legais, esses alunos nem sempre encontram escolas e professores preparados para recebê-los como necessitam, levando-nos a desacreditar em uma educação inclusiva eficiente para o desenvolvimento desses alunos. Para atingir o objetivo proposto, fez-se necessário: 1) Estudos bibliográficos e documentais, com o intuito de analisar tal problemática; 2) Observação in loco para entender o desempenho das escolas e a formação dos professores para o atendimento à pessoa com deficiência, sobretudo do professor de Geografia; 3) Registro fotográfico; 4) Aplicação de entrevistas semiestruturadas aos estudantes com necessidades educativas especiais, de modo a registrar as principais questões que norteiam ou impedem o processo de inclusão.

Palavras – Chave: Educação Inclusiva. Ensino de Geografia. Formação de Professores.

RESUMEN

La presente investigación analiza los principales aspectos de inclusión en los sectores educacionales de la municipalidad de Aroeiras, en el estado de Paraíba, ubicada en la región semiárida de Brasil. El objetivo es presentar los principales problemas con respecto a las personas con necesidades educativas especiales en las escuelas regulares de enseñanza del nivel fundamental y secundario, llevándose en cuenta el modo como el vocablo es comprendido dentro de este universo, analizando el aprendizaje de los alumnos en el rubro geográfico. Así, tomamos como referencia la locomoción, la facilidad y accesibilidad de las personas con discapacidades y la relación profesor/alumno, examinando el nivel de adquisición del conocimiento por parte de esta categoría de estudiantes con relación a la formación del maestro geógrafo y también las actividades desarrolladas en el aula. Se ha observado con esta investigación que, a pesar

de las garantías legales, estos alumnos casi nunca encuentran escuelas y profesores capacitados para recibirlos, por el que creemos ser la educación y la inclusión cosas ineficaces para el crecimiento de los mismos estudiantes. Para alcanzar el objetivo, se ha hecho necesario: 1) Estudios bibliográficos y documentales para el análisis del problema; 2) Observación directa para comprenderse el desarrollo de los colegios y la formación de los docentes para asistir a los alumnos con capacidades educativas diferenciadas, especialmente el profesor de geografía; 3) Registro fotográfico; 4) Conversaciones estructuradas hacia los estudiantes con capacidades especiales, con el fin de obtener las principales cuestiones que originan el proceso de exclusión o impiden lo de la inclusión.

Palabras clave: Educación inclusiva; enseñanza de geografía. La formación del profesorado.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo marcado por profundas desigualdades sociais, em face das marcadas pela adoção de políticas neoliberais, por países ricos ou pobres, daí porque ser possível compreender, nas últimas décadas, à emergência de movimentos internacionais pela luta e conquista de direitos humanos que reivindicam que todas as pessoas, indiscriminadamente, tenham assegurado os mesmos direitos em sociedade, respeitando diferenças culturais, sociais e individuais.

Na década de 80, a Organização Mundial de Saúde calculou que a prevalência de pessoas com algum tipo de deficiência atinge cerca de 10% da população mundial. No Brasil, de acordo com o último censo realizado em 2010, estima-se que em torno de 24% da população é portadora de algum tipo de deficiência. No âmbito da educação, a Conferência Educação Para Todos, realizada em 1990 pela Unesco, que deu forma a um projeto educacional maior, propondo a universalização do acesso à educação e a promoção de equidade, de modo a superar as disparidades educacionais e, advertindo que os grupos excluídos não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais, sendo preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como sendo parte integrante do sistema educativo.

Tais discussões começam a ser percebidas a partir da década de 90, momento em que a população efetivamente sai às ruas em busca de uma possível melhoria. No entanto, foi em meados do ano de 2000 que o governo pressionado pelo movimento popular começa a criar normas que beneficiam esta particularidade havendo, neste contexto, uma mudança de paradigma. Diante disto, torna-se notável os avanços das pessoas portadoras de deficiências, as quais começam, ainda que timidamente, a ser

reconhecida pelos princípios constitucionais que garantem seus direitos, seja no trabalho, na acessibilidade e principalmente no tocante à educação, ponto crucial desta pesquisa, pois é reconhecido e garantido através da Constituição de 1988, o direito e acesso à escola para todas as pessoas sem distinção de qualquer natureza.

Portanto, para que se faça cumprir os objetivos da Educação, destacando-se o da democratização (educação para todos) é de fundamental importância refletir sobre o processo de formação do educador, em particular do professor de Geografia, e dos sujeitos aprendentes, da matéria geografia buscando elementos que possam subsidiar na compreensão dos desafios (das necessárias mudanças a serem adotadas) e das perspectivas (em que se pode acreditar como contribuição) para atender efetivamente as necessidades/demandas de uma sociedade inclusiva. Enfim, para a adoção do paradigma da inclusão escolar, faz-se necessário que novas posturas sejam redefinidas tanto no campo das políticas públicas educacionais quanto no âmbito dos projetos político-pedagógicos.

No entanto, a pesquisa tem a intenção de analisar os espaços educacionais na cidade de Aroeiras-PB, a fim de relatar os principais paradigmas sobre a inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais nas escolas regulares de ensino em nível Fundamental e Médio, como o termo “inclusão” é entendido nesse universo levando em consideração uma análise do nível de aprendizagem destes alunos, nas aulas de Geografia, considerando como pressupostos: a locomoção, a facilidade e a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais e a relação professor/aluno, tendo como objetivo analisar o nível de aprendizagem desta parcela de alunos de acordo com a formação do professor de Geografia, através das atividades desenvolvidas em sala.

Assim o referido trabalho se justifica por contribuir com uma avaliação sobre o processo de inclusão nos espaços educacionais da cidade de Aroeiras - PB . Em síntese, a contribuição deste trabalho avança em uma visão mais apurada sobre acessibilidade e inclusão, partindo-se do pressuposto de que o trabalho permitirá contribuir para os já poucos estudos relacionados a essa temática na Geografia, pelo qual se espera que, notadamente, àquelas pessoas com necessidades especiais que enfrentam diariamente os espaços educativos e que convivem com essa problemática, na qual mesmo sendo visível na sociedade, em muitas escolas passa “despercebida”, possam usufruir corretamente dos direitos que a eles são atribuídos.

Conhecendo-se as premissas e princípios de cada escola sobre determinada problemática, faz-se necessário analisar o uso das metodologias utilizadas pelo professor de Geografia ao lidar com essa parte de estudantes, desde o momento das práticas de ensino em sala até o processo de avaliação dos mesmos. Os alunos que apresentam algum tipo de necessidade educativa especial estão em contato com diversos vetores de riscos, tendo em vista que a população escolar não tem conhecimento sobre os cuidados necessários que deveriam ser respeitados. Diante disso, evidenciou-se nestes espaços educativos a necessidade de novos estudos a partir de uma apurada avaliação do desempenho dessas instituições regulares de ensino para/com essa demanda de alunos e do conhecimento sobre o uso dos recursos que são oferecidos a estes em seu dia a dia nestes espaços.

2 METODOLOGIA

Buscando atingir o objetivo do trabalho este texto baseou-se em levantamento bibliográfico, tanto para as questões conceituais e metodológicas quanto para uma análise do que vem a ser discutido na atualidade.

Para realizar a revisão da literatura sobre acessibilidade, foi realizado um levantamento em sites acadêmicos no Google Acadêmico, a partir de frases e palavras-chave. As palavras-chave para busca nos sites foram: conceito inclusão; educação inclusiva; legislação inclusão escolar; prática de ensino em geografia e inclusão.

O levantamento bibliográfico das questões conceituais e metodológicas abrangeu as políticas públicas e a legislação, voltadas para a inclusão, seus conceitos e metodologias para entender o desenvolvimento dessas propostas nos espaços educativos.

Para tanto, essa pesquisa é de cunho exploratório, tendo em vista que será utilizado o método da observação e análise de natureza qualitativa, quantitativa, analítica e interdisciplinar de modo a comparar a dialética entre os diferentes espaços educacionais da área de estudo, a disponibilidade de recursos didáticos existentes que atendam aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, a formação dos professores juntamente com o planejamento e execução das aulas voltadas a essa parte da população escolar e as práticas de ensino do professor de Geografia para esses alunos. Com isso, será possível confrontar os dados obtidos com uma análise dos

espaços educacionais para Portadores de Deficiência, principalmente no que tange às propostas de inclusão oferecidas pelas escolas regulares, notadamente.

Ainda neste pensamento, será possível utilizar também a observação direta do pesquisador, a fim de observar todo o sistema de inclusão dos alunos que possuem algum tipo de Necessidade Educativa Especial, a preparação da escola ao receber esses alunos, os principais paradigmas encontrados por essa parcela de alunos ao frequentarem a rede regular de ensino e as propostas de ensino voltadas a essa demanda de estudantes. Para tanto, se faz necessário outros procedimentos que permitam subsídio a essa pesquisa como: a) Aplicação de entrevistas; b) Registro fotográfico; c) Localização dos pontos principais estudados; d) Estudo bibliográfico. E) Análise de conteúdo.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS NOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS ESTUDADAS

A priori, no tocante a educação, é notória a precariedade do ensino nas escolas analisadas, e como ela é enfrentada nas mesmas. Isso se deve a falta de formação acadêmica adequada e preparação em cursos de educadores da disciplina Geografia, especificamente, para atender a seus educandos com deficiência ou sem deficiência com maior qualidade nessas instituições.

Para tanto, fez-se necessário para este estudo a análise de duas escolas regulares da região, em nível Fundamental e Médio: a E.E.E.F.M. Deputado Carlos Pessoa Filho e a E.M.E.F. Jardirene Oliveira de Souza, ambas localizadas na área urbana do município de Aroeiras – PB.

Referindo-se à Educação Inclusiva em Geografia nessas escolas, foram aplicados alguns questionários à equipe da coordenação pedagógica das mesmas, no intuito de saber quantos alunos deficientes havia na escola; quando e como se deu a proposta da educação inclusiva,; se há estrutura física adaptada aos portadores de deficiência, dentre outros questionamentos. Com relação aos alunos portadores de necessidades especiais, foram aplicadas entrevistas que permitiram identificar o imaginário dos mesmos, conforme a realidade cotidiana que vivenciam dentro e fora da escola, os quais

demonstraram grande preocupação quanto ao seu futuro, se continuarem dependendo do não comprometimento das escolas para com eles, já que há a deficiência de professores preparados para lidar com essa parcela de alunos desprovidos de materiais na área inclusiva.

Apesar de existirem muitos trabalhos relacionados ao tema, a restrição às frases “Uma análise geográfica sobre os espaços educacionais voltados a portadores de deficiência” e “Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas escolas regulares de ensino” fez com que houvesse uma abrangência de documentos que se fizeram presentes neste trabalho, entre estes documentos estavam artigos especializados e livros relacionados à temática.

Dentre estas referências foram observadas uma série de problemas do ensino em geral e do ensino de Geografia, especificamente, nas escolas regulares de ensino. Esses problemas foram postos em uma relação para a análise da distribuição dos tipos de competências e habilidades localizadas nesses ambientes públicos, como também para examinar de que forma se desenvolveram tal problemática, além de entender o papel e a importância desempenhada por essas escolas através de suas competências (Quadro 1).

Quadro 1: Problemas mais frequentemente detectados, a partir das entrevistas, nos espaços educacionais da cidade de Aroeiras-PB para portadores de especiais

PROBLEMAS DETECTADOS NAS ESCOLAS REGULARES PARA PESSOAS COM N.E.E.
- Falta de um projeto de inclusão.
- Representações professor/aluno.
- Falta de instrumentos didáticos.
- Rigidez curricular/avaliativa/metodológica.
- Esclarecimento insuficiente sobre as N.E.E do aluno.
- Carências dos recursos humanos e materiais Medo constante dos alunos com N.E.E ao lidar com as pessoas ditas “normais”.
- Pouco interesse em sala de aula de alunos para/com os portadores de deficiência.
- Pouca e/ou ausência de acessibilidade nesses ambientes, possuindo

apenas algumas rampas de acesso.

- Com relação ao professor de Geografia em específico, este mostrou que não se compromete com essa parcela de alunos, já que por não terem experiências e mesmo não sabendo lidar com cada tipo de deficiência acaba por fragmentar demais as aulas não passando qualquer tipo de atividade aos alunos portadores de deficiência, problematizando ainda mais o processo de inclusão em sala de aula.

Notoriamente, essas questões mostram que ainda há a escassez de material didático e/ou pedagógico e falta de pessoal especializado na área, como é o caso do ensino gerado pelo professor de Geografia, para educar esses alunos portadores de algum tipo de deficiência, além da falta de aceitação da própria família em acreditar no desenvolvimento e aprendizagem desse aluno e até o auto-preconceito vivenciado por eles. Outra dificuldade encontrada foi em caracterizar o perfil de um aluno que apresenta algum tipo de deficiência, além de que há a falta de um projeto de inclusão que beneficie essa parte da população de modo a inseri-los na rota de inclusão.

Nesta linha de pensamento, constatou-se que as práticas de Ensino em Geografia ainda são bastante tradicionais, mecanizadas, fragmentadas, desinteressantes e monótonas. Já o relacionamento professor/aluno, portador de necessidades especiais, se dá nos moldes da compreensão mútua, bem amigável e de forma solidária, apesar deste poder contar com a ajuda do intérprete de Língua de Sinais para surdos.

Outro problema é que a avaliação dos professores de Geografia, assim como das outras matérias, é feita de maneira em que não se considera as particularidades dos alunos especiais, (a mesma avaliação que é feita para os alunos regulares é feita também para os alunos especiais sem ser adaptada para os alunos que possuem deficiência na sala, no caso dos surdos há a ajuda de um intérprete de Língua de Sinais). Com isto os professores deixam latente a sua grande dificuldade de ensinar na diversidade em sala de aula.

3.2 REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES

Tentando entender melhor como alunos com deficiência aprendem ou por que não aprendem foram utilizados os mapas mentais para facilitar a aprendizagem e

memorização por meio do encandeamento não-linear de informações. De acordo com Richter (2011, p. 59):

“[...] o mapa não deve ser interpretado como um reflexo direto da compreensão intelectual do espaço. Ao produzir um mapa, seu autor terá preocupações relativas ao ato comunicativo do mapa e a escolha de determinadas informações que ele considera mais relevantes para ser destacadas. Essa prática de transpor para a representação gráfica os conhecimentos socializados, materializados, por exemplo, numa folha de papel, significa desenvolver uma nova organização das ideais provindas do contexto real. Esse é o primeiro papel que cumpre o mapa.”

E, com relação ao ensino de Geografia:

“[...] quando o mapa mental é integrado às práticas escolares de Geografia, é fundamental que alguns conteúdos tenham sido trabalhados em sala de aula. [...] dessa forma, ao produzir este mapa, cada signo (as palavras do mapa) poderá servir como referência para os conceitos estudados na escola. Tornando, assim, a Cartografia numa linguagem de leitura e de análise dos diversos contextos espaciais que integram a vivência dessa criança/indivíduo [...]” (Richter, 2011, p. 66)

Dessa forma, o desenvolvimento da linguagem representa um significativo avanço nas relações humanas. Durante a pesquisa desenvolvida, foi possível observar nos mapas mentais elaborados pelos alunos portadores de deficiência que os mesmos sentem medo ao frequentar lugares em sua vivência na cidade de Aroeiras-PB, de lidar com as pessoas nas ruas, nas lojas e até mesmo na escola que é um lugar onde isto não deveria acontecer, visto que é um dos espaços de práticas de sociabilidade e cotidianidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre os espaços educacionais para portadores de deficiência, no município de Aroeiras – PB permitiu concluir que:

Apesar de existir, no Brasil, há mais de uma década, amparo legal sobre a Educação Especial, como por exemplo, no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 1996, entre outras legislações que abordam a temática da inclusão, foi possível compreender que a qualificação do professor, via de regra, ainda não tem recebido, por parte dos órgãos competentes a atenção necessária para atuar efetivamente no campo da práxis. Nesta perspectiva, o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais está à mercê da aptidão dos profissionais da educação para com esses sujeitos.

Especificamente, ao ser abordado o Ensino de Geografia, sob a ótica da Inclusão Social, coloca-se como questão principal o despreparo do professor de Geografia em si, é importante considerar que esse profissional passa a ter, apesar de suas limitações, grande potencial em tornar-se o educador a fazer a diferença no processo de Inclusão Social, já que a Geografia, seja como ciência ou disciplina escolar, possui virtudes que dão possibilidades de desenvolvimentos de trabalhos/projetos pedagógicos capazes de despertar o interesse de educandos de diferentes idades, bem como condições cognitivas e econômicas.

Observou-se por meio deste artigo que a organização histórica da educação inclusiva no cenário educacional materializou-se a partir do amparo legal que foi dado à Educação Especial. Através da pesquisa foi possível reconhecer que para a educação inclusiva acontecer na prática, são necessárias qualidade, eficiência e mesmo competência dos gestores educacionais, bem como a disponibilidade de recursos e oferecimento de boa estrutura escolar pelas políticas públicas, uma vez que a educação inclusiva necessita do seu cumprimento, como consta na qualidade que a legislação brasileira oferece a essa parcela de alunos.

Foi analisado que o sistema educacional brasileiro precisa mudar sua linha de trabalho voltado à inclusão dos discentes que labutam com pessoas que apresentam algum tipo de necessidade educativa especial (pensar em salas com menos alunos, ampliar o número de escolas, investir na formação continuada dos professores, dentre outras mudanças), para conseguir melhorias na educação não só para alunos com deficiência, mas para todos aqueles que necessitam de adaptações para se desenvolverem intelectualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Diones Carlos de Souza. **GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL /INCLUSIVA: o caso dos Deficientes Visuais.** 2008. 66f. Monografia –Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Jan. 2008.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação.** In: Em aberto, Brasília MEC-INP, ano 1, nº 61, jan/mar. 1994. P. 60-77.

BARDIM, Laurence. In: Análise de conteúdo. Ed. Edições 70. Lisboa/Portugal, 2006.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 516p, p. 189 – 217.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC/SEESP. 2001. 79p.

Brasil, MEC. *Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares. Estratégias para educação de alunos como necessidades educacionais especiais*. Brasília, 1999.

BÍBLIA SAGRADA. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CALLAI, H. **A formação do profissional de Geografia**. Injuí. RS. Ed. Unijuí. 1999.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da Geografia**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. 80p.

CASTELLAR, S. (org). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2°. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAVES, A. P. N. **Ensino de Geografia e a cegueira**: diagnóstico da inclusão escolar na Grande. Florianópolis, 30 de março, 2010. Disponível em: repositório. UFSC. br/xmlui/bitstream/handle/. Acesso em 14 fev. 2014.

Declaração Mundial sobre Educação para todos: *satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990*. Unesco, 1998.

DI SANTO, Joana Maria Rodrigues. Centro de Referência Educacional. **ESTRUTURA DO ENSINO... BREVE HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES**. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.pro.br/estruens.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2007

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

Glat, R., Magalhães, E. & Carneiro, R. (1998). **Capacitação de professores: primeiro passo para uma educação inclusiva**. In Marquezine, M.C. et al. (org). *Perspectivas multidisciplinares em educação especial* (pp. 373-377). Londrina, PR: UEL.

MACHADO, Laêda Bezerra. Incursões e investigações em representações sociais e educação. Ed. Universitária da UFPE, Recife, 2013.

MADER, Gabriele. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**, In: MANTOAN, Maria Tereza. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC: 1997. 238 p.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de Geografia: concepções e propostas para o trabalho docente.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista da Educação Especial - Out/2005, N° 07.

SASSAKI, R. K. (1997). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.* Rio de Janeiro:WVA.

TOREZAN, A. M. (2002). Psicologia escolar e a nova conjuntura educacional brasileira. In R. S. L. Guzzo (Org.), **Psicologia escolar: LDB e educação hoje**(pp. 35-47). Campinas, SP: Alínea.

VESENTINI, José Willian. A formação do professor de geografia: algumas reflexões. In: PONTUSCHKA, N. N. & OLIVEIRA, A. U. (org.). **Geografia em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2002.

VYGOTSKY, L. S. (1998). **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

